

São José da Barra, 30 de novembro de 2018  
**N.Ref.** CSM.A.E.231.2018  
**S.Ref.**

ARMID FESTAS E EVENTOS LTDA  
CNPJ: 13.277.209/0001-49  
RUA UM, 376  
BAIRRO: Nova Pampulha  
CIDADE: Vespasiano-MG  
CEP: 33200-000  
A/C: Paula Thiago Ribeiro - Licitação

**Assunto:** PE.CSM.A.00012.2018 - TC 8000010415 - Resposta Defesa Prévia

1. Por meio da Correspondência Externa CSM.A.E.211.2018, datada de 26 de outubro de 2018, enviada via correios, FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., notificou a sociedade empresária ARMID FESTAS E EVENTOS LTDA, sobre a sua intenção de sancioná-la com a pena de multa, considerando que foi declarada vencedora do certame, com melhor lance, porém se recusaram a assinar o CONTRATO, ensejando retardo no andamento do processo licitatório.

2. A contratada em 23/11/2018 apresentou sua Defesa Prévia, sendo esta tempestiva, alegando que "o contrato foi assinado e postado em sedex. Porém, os endereços de destinatário e remetente foram invertidos e o contrato não foi entregue no prazo previsto a FURNAS. As ocorrências foram informadas por telefone e e-mail aos contatos previstos em edital.

*Ocorreu, ainda, que o envelope recebido no galpão (Rua Um, 376, Nova Pampulha, Vespasiano-MG) conforme consulta ao código de rastreio (DY11489867BR), devido ao erro apresentado acima não chegou até a administração do Grupo Armind, informado ao Departamento de Licitações que o mesmo extraviou-se.*

*Foi autorizado e solicitado pela FURNAS que assinássemos uma nova via do contrato e postássemos nos CORREIOS, porém os responsáveis legais da empresa estavam fora do país e o representante legal se recusou a assinar por eles, visto que estávamos na ocasião e continuamos até a presente data sem receber contratos firmados com órgãos públicos, levando ao Departamento de Licitações e consequente ao Grupo Armind a uma situação financeira deficitária, nos impedindo de cumprir com o depósito garantia previsto em edital e contrato.*

*Ao participarmos da licitação acima referenciada, assim como de outras, consideramos as cláusulas contratuais, para calcular viabilidade de execução visando lucro. Porém, o não cumprimento dos prazos de pagamento pelos órgãos públicos, além de nos colocar em um posicionamento desconfortável com nossos clientes e fornecedores, nos posiciona em um cenário financeiro de risco, nos impedindo de cumprir compromissos firmados. A inadimplência pública até a presente data (aproximadamente R\$ 700.000,00) além de retirar nosso lucro, endividou o Grupo.*

*Em virtude do exposto, visto que o pregão tinha mais concorrentes, entendemos que o órgão não foi lesado, podendo dar sequência no pregão sem prejuízos." , contexto que não afasta a responsabilidade da contratada em relação ao ocorrido, pois somente as causas excludentes de responsabilidade previstas na legislação brasileira poderiam afastar a sua responsabilidade em relação ao compromisso assumido.*

3. De fato, o licitante que resolve participar de um processo licitatório sem contestar, no momento próprio, as regras fixadas pelo Edital, a elas aderiu de forma irrefutável, porque não poderá mudá-las. Assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça no RMS nº 15.051/RS.

*"ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO – IMPUGNAÇÃO DE EDITAL – DECADÊNCIA – COMPATIBILIDADE COM A EXIGÊNCIA DE PREÇOS UNITÁRIOS COM O VALOR GLOBAL*

*1. A partir da publicação do Edital de Licitação, nasce o direito de impugná-lo, direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência."*

4. Vê-se, então, que não assiste razão a Vossa Senhoria, pois o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, aplicável subsidiariamente ao pregão eletrônico, assevera de modo preciso (grifo nosso):

*"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com o princípio básico da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

(...)

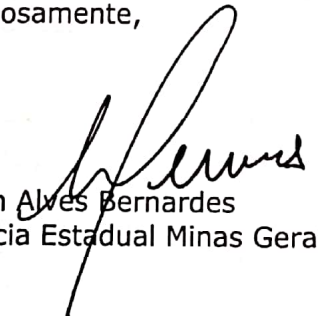
*"Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada."*

5. Desta forma, não poderia ser outra a decisão do gestor do contrato administrativo, pois vinculado como está ao princípio da legalidade, se o fizesse, estaria afrontando as disposições do art. 41 da Lei 8.666/93, acima transcrito.

6. Assim sendo, alternativa não resta a esta Concessionária senão **indeferir** os argumentos trazidos pela contratada em sua defesa de determinar o regular prosseguimento do processo administrativo sancionador e, exaurida a fase do contraditório e da ampla defesa, aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração, conforme previsto em Edital -Seção II - item 9 - Sanções Administrativas, pelo período de 12(doze) meses, obedecendo aos ditames dos artigos 87 e 109 da Lei nº 8.666/93 e 7º da Lei 10.520/02, já que não pode deixar de aplicar a sanção autorizada pela Lei e prevista no Contrato, exercendo, assim, a competência que lhe foi outorgada pelo legislador de forma vinculada.

7. Em face do exposto, fica Vossa Senhoria notificada do impedimento, em estrito cumprimento ao Contrato e à Lei de regência.

Atenciosamente,



Ramon Alves Bernardes  
Gerência Estadual Minas Gerais